

Assembleia geral da PT Jurisprudência aponta para ilegalidade da golden share

Responsáveis da Telefónica, ontem, durante a AG



MICHEL MANSO

Golden share do Estado na PT está por um fio

Isabel Arriaga e Cunha, Bruxelas

Comissão Europeia não se quis pronunciar sobre o veto do Estado na PT, reservando a sua posição para depois do veredicto do Tribunal de Justiça da UE, no dia 8

● Foi a primeira utilização da *golden share* na PT, e poderá ser a última: dentro de uma semana, o Tribunal de Justiça da União Europeia (UE) vai pronunciar-se em definitivo sobre a legalidade dos direitos especiais do Estado na empresa, com fortes probabilidades de impor a sua eliminação.

O veredicto será emitido a 8 de Julho no quadro de uma queixa apresentada em Janeiro de 2008 pela Comissão Europeia, a instituição que tem a obrigação de vigiar o cumprimento do direito comunitário em todos os países da UE. Bruxelas abriu em 2005 um processo contra Portugal por infracção às regras da livre circulação de capitais e do direito de estabelecimento mas, perante a recusa do Governo em abdicar dos seus direitos especiais na PT, não teve alternativa senão pedir aos juízes europeus, baseados no Luxemburgo, para arbitram o conflito.

"A Comissão está convencida de que uma *golden share* é incompatível com a legislação europeia, sobretudo

porque constitui uma restrição injustificada à liberdade de movimento de capital e ao direito de estabelecimento", lembrou ontem Chantal Hughes, porta-voz do comissário europeu responsável pelo mercado interno Michel Barnier. Bruxelas não quis pronunciar-se por agora sobre o veto de ontem, reservando a sua posição final para depois do veredicto de dia 8.

Se o Tribunal der razão à Comissão, a sua sentença, que não é passível de apelo, terá de ser imediatamente aplicada por Portugal. Se não abdicar dos seus direitos especiais na PT, o Estado português correrá o risco de vir a ser obrigado pelo Tribunal a pagar pesadas multas por cada dia de incumprimento do primeiro acórdão.

Em paralelo, a Telefónica, os accionistas da PT ou qualquer outra entidade que se considere lesada pelo veto à venda da Vivo poderá exigir reparação ao Estado nos tribunais portugueses.

As probabilidades de que o Tribunal considere efectivamente que a *golden share* infringe o direito comunitário são particularmente elevadas à luz da vasta jurisprudência existente nesta área.

A Bélgica foi praticamente o único país autorizado em Junho de 2002 a manter direitos especiais limitados e devidamente fundamentados na empresa nacional de transporte e distribuição de gás por razões de segurança pública ligadas ao aprovi-

sionamento e segurança energética.

No mesmo dia em que tomou esta decisão, o Tribunal considerou ilegal a lei-quadro das privatizações em Portugal que limitava a entrada de capitais estrangeiros nas empresas privatizadas por razões de "interesse geral". A lei foi desde então corrigida, mas os direitos especiais do Estado persistem em várias empresas. A Comissão já apresentou aliás queixas ao Tribunal contra as *golden shares* na EDP (Setembro de 2008) e na Galp Energia (Fevereiro de 2009).

Bruxelas abriu em 2005 um processo contra Portugal por causa das golden shares e espera agora pela resolução do Tribunal de Justiça da União Europeia

Contra Portugal joga ainda o parecer emitido em Dezembro passado por Paulo Mengozzi, o advogado-geral encarregue de analisar o caso da PT. Embora a sua opinião não vincule o Tribunal, os juízes seguem as posições dos advogados-gerais em 80 por cento dos casos.

Mengozzi não deixa margem para dúvidas sobre a ilegalidade da *golden share* na PT, argumentando que mesmo que nunca fosse utilizada, a sua simples existência poderia por si só desencorajar os operadores de

outros Estados membros a realizar investimentos na empresa. Ao mesmo tempo, alega, eventuais investimentos poderiam ser menos atractivos se os accionistas viessem a sofrer uma diminuição do valor bolsista das suas acções em resultado de um veto do Estado a uma decisão do interesse da PT. O advogado-geral rejeitou assim claramente todos os argumentos do Governo, que defendeu a existência da *golden share* com o facto de a legislação comunitária permitir eventuais limitações à livre circulação de capitais por "razões imperiosas de interesse geral". Que Lisboa identificou como objectivos de segurança pública, necessidade de assegurar a prestação do serviço universal de telecomunicações e a concorrência no mercado das telecomunicações e evitar perturbações do mercado de capitais. Nenhum dos quatro argumentos foi aceite pelo advogado-geral.

Mengozzi lembra a propósito que, de acordo com a jurisprudência do Tribunal, só é possível restringir a livre circulação de capitais por razões de segurança pública em caso de "ameaça real e suficientemente grave que afecte um interesse fundamental da sociedade" (como foi considerado o caso do gás na Bélgica). Só que, considera, o Governo português não demonstrou que a *golden share* só seria activada em caso de ameaça "real e suficientemente grave" capaz de afectar um interesse fundamental da sociedade.

Imprensa estrangeira

FINANCIAL TIMES

O controverso uso da *golden share* [...] levou a uma reviravolta na batalha amarga entre as duas operadoras ibéricas. Fontes próximas da reunião disseram que a intervenção do Governo causou surpresa generalizada entre os investidores. O veto é susceptível de conduzir a um intensa disputa legal.

THE WALL STREET JOURNAL

A decisão do governo português não foi tomada de cabeça fria. Surgiu horas depois de a selecção nacional ter sido batida pela Espanha no Mundial de Futebol. Lisboa bloqueou a compra [...] Ao fazê-lo, atropelou os desejos dos investidores.

REUTERS

Portugal dificilmente pode dar-se ao luxo de criar má vontade nos investidores internacionais e nas autoridades da UE. Houve alguma dignidade na derrota do país no Mundial de futebol pela Espanha. Mas a última jogada de Lisboa retirou ao governo credibilidade no momento em que dela mais precisa.

EL PAIS

O presidente do conselho de administração da PT considerou que o veto do Estado português é um uso [legítimo] da *golden share* e bloqueia a operação. Contradiz assim e desautoriza a mensagem dos dirigentes da PT, com o seu presidente executivo, Zeinal Bava, à cabeça, que diziam que esta não era uma questão de *golden share* mas uma decisão dos accionistas.

ELOMUNDO

Com esta manobra o executivo luso trava os planos de expansão da Telefónica no Brasil, ao mesmo tempo que provoca mal-estar em Bruxelas. Depois de um longo processo burocrático, a *golden share* do Governo de José Sócrates na PT ia ser anulada por Bruxelas no próximo 8 de Julho, pelo que os analistas não afastam o início de uma batalha legal.

O GLOBO

Embora a venda da participação da Portugal Telecom (PT) na operadora brasileira Vivo para os espanhóis da Telefónica não tenha saído nesta quarta-feira, a decisão está na iminência de acontecer. A avaliação é do associado da Neo Investimentos, Daniel Salomão, ao comentar o resultado da assembleia de accionistas da PT.